

COMUNICAÇÃO EDUCATIVA E AUTO-REGULAMENTAÇÃO

Carlos Alberto Almeida¹

Introdução

A cada dia, a humanidade vai tomando conhecimento de novas possibilidades tecnológicas para uso na comunicação. O que deveria ser comemorado como o surgimento de novas esperanças quanto ao uso dos meios de comunicação exclusivamente para finalidades civilizatórias, educativas e humanizadoras, lamentavelmente, gera também muita perplexidade diante da prática, que se observa no cotidiano, de uma utilização cada vez mais embrutecedora dos meios de comunicação, confrontando-se com o seu potencial de aperfeiçoar as relações sociais.

Muitas vezes, diante da constatação da surpreendente capacidade de novos métodos de uso da mídia para a promoção da violência, do consumismo, de um sexismo doentio, de uma alienação que incapacita para o solidarismo e o humanismo, surgem até mesmo sentimentos de pessimismo, derrotismo e impotência ante as inovações tecnológicas nesta área.

No entanto, encontrar caminhos para dotar a mídia de conteúdos elevados não é algo tão fora do alcance humano e das sociedades. Há muitas experiências positivas, sempre quando a mídia não está sujeita à selvageria anticivilizatória das leis do mercado. Para estas, o vale-tudo pela audiência é uma lei sagrada, ainda que seja um valor oposto à necessidade de elevação do gênero humano.

Enquanto na sociedade o debate sobre regulamentação social da mídia confronta-se com a prática da regulamentação mercantil da mesma, hoje vigente. Ofuscam-se possibilidades reais e concretas de melhoria dos conteúdos educativos da mídia, em benefício de uma sociedade carente de informação cultural-educativa.

¹ Beto Almeida é formado em Jornalismo e Presidente da TV Cidade Livre de Brasília – betotvsul@hotmail.com

1. Para quê foi feita a Confecom?

Certamente, não foi à toa que o Brasil realizou em 2009, sob convocação do governo Lula, sua primeira Conferência Nacional de Comunicação. Os desafios para uma democratização ampla e profunda dos meios de comunicação e sua transformação em ferramentas civilizatórias e libertárias, só podem ser equacionados por uma mudança de grande envergadura política na sociedade, a partir da constituição de uma nova maioria de forças políticas e sociais com capacidade de dar novo rumo ao setor. A quase dois anos da realização da primeira Confecom, não há sinais visíveis ainda de que o governo Dilma, apesar de sua crescente popularidade, decida-se por levar à prática as resoluções democraticamente aprovadas naquela conferência. Ao contrário, a sanção recente da nova lei da TV paga emite sinais contrários à linha de fortalecimento do caráter público da comunicação.

A nova lei reforçou, e sem limites, a presença do capital estrangeiro neste setor de TV, abrindo a possibilidade também para o controle das empresas de telecomunicação - no caso brasileiro, transnacionais favorecidas pela privatização antinacional do setor - sem qualquer óbice à concentração do setor nas mãos de poucas e poderosas empresas oligopólicas, com o agravante de serem quase todas empresas estrangeiras. Até mesmo o conglomerado controlado por Rupert Murdoch pode vir atuar na TV paga brasileira, trazendo consigo seu perigoso jornalismo delinqüente tão repudiado na Inglaterra. Há quem sustente, com ingenuidade, que o controle do setor de TV paga pelo capital estrangeiro oligopolizado possa favorecer a concorrência e beneficiar o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira e independente. Não há nenhum exemplo que demonstre que esta tese é possível. Em qualquer setor em que o estado se retire, surge a concentração internacionalizada. Privatizada a Petrofértil, as transnacionais controlam o setor de agrotóxicos e adubos. Extinta a Embrafilme, a produção cinematográfica dos EUA controla oligopolicamente o a exibição de filmes no Brasil. Há vários exemplos, em vários outros setores.

2. Ciência para todos

Mas, aqui se trata de apresentar propostas que permitam esta melhoria de conteúdo de nossa mídia, em plena sintonia com o que está vigente agora antes mesmo que haja uma profunda transformação, tal como a sinalizada pelas teses da Confecom, ainda sem um horizonte visível de realização.

Tomemos a televisão, meio de maior alcance na sociedade, para demonstrar medidas possíveis para a melhoria do conteúdo educativo-cultural, a partir da reorganização da própria grade de programação hoje veiculada. Vejamos a grade de programação da própria TV Globo para verificarmos como ela está organizada de uma forma tal que não contribui para o pagamento da dívida informativo-cultural construída há décadas, prepotentemente, contra o povo brasileiro e seu direito a informações qualificadas e em horários adequados.

O programa Globo Ciência, por exemplo, é exibido aos sábados às 7 horas da manhã, portanto, num horário de baixíssima audiência, a despeito de ser um programa com conteúdo de extremo interesse para formarmos uma sociedade mais culta, com maior acesso aos benefícios do desenvolvimento científico, a começar por estar informada sobre seus avanços.

2.1 Consciência ecológica

Há, ainda, o programa Globo Ecologia, nutrido de informações muitíssimo relevantes para toda a sociedade já que estamos diante do desafio de encontrar modelos mais adequados para um desenvolvimento sustentável que permita reduzir e até eliminar as enfermidades causadas pela contaminação ambiental e alimentar, pela perda de qualidade da ar e da água. Apesar de sua qualidade, o mencionado programa também é exibido às 7 horas da manhã do domingo. Logo a seguir tem início o programa Globo Rural, cuja exibição em horário de maior audiência também permitiria uma muito maior difusão de informações importantes e decisivas não apenas para o público que ainda habita o campo. Mas, não no horário atual de exibição.

2.2. Um Brasil mais culto

Há também programas de conteúdo edificantes como o Globo Universidade e o Globo Comunidade, igualmente exibidos em horários de baixa audiência. O que se constata, portanto, é que a escolha dos horários para a exibição destes programas revela descompromisso com o esforço que deveria

sensibilizar a todos - comunicadores, radiodifusores, legisladores, empresários, governantes - para que tivéssemos uma TV sempre funcionando como ferramenta a favor da elevação do nível educativo-cultural dos brasileiros. Aliás, estas diretrizes estão consagradas no texto constitucional, porém, jamais foram regulamentadas para alcançar a meta de um Brasil mais culto, mais informado, mais educado.

Os exemplos descritos acima se baseiam em programação há muito exibida, porém, organizada em horários que revelam desprezo para um efeito informativo-cultural mais elevado. É como se pudéssemos nos dar ao luxo de não ter urgência em combater as manifestações de selvageria e de degradação sociais, de culto à violência, por meio de uma TV que nos apontasse na direção oposta ao que presenciamos hoje nas telas. Como um país tão carente de informação e de cultura pode dar-se ao luxo de ter uma programação televisiva predominantemente animalésca? E como aceitar que mesmo a programação de boa qualidade seja escondida do povo em horários de baixa audiência??? É aterrador!

2.3 Telecurso: desperdício de recursos públicos?

Há ainda outros exemplos a comentar. O programa Telecurso, por exemplo, destinado a elevar o nível de trabalhadores, de prepará-los para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, com maior conteúdo profissional, é exibido pela madrugada, o que configura um grande desprezo para com os próprios trabalhadores, mas também uma utilização destrutiva dos recursos públicos, pois a Fundação Roberto Marinho é regimento remunerada para produzir tais programas, também escondidos da população. Quantos assistem televisão pela madrugada?

O financiamento público para a produção e exibição desta série, que traz ensinamentos muito importantes sobre história, ciência, cidadania, idiomas, deveria condicionar a sua exibição em horários de maior audiência. Caso contrário, configura-se um desperdício de recursos públicos para a produção cara de um programa de qualidade exibido-escondido fora do alcance do público ao qual é destinado.

2.4 Futebol e cidadania

Uma outra mudança que pode ser implementada com grandes e importantes benefícios para o grande público está no horário de exibição das partidas de futebol, a grande paixão nacional. Todos sabemos da precariedade dos sistemas de transportes no Brasil, bem como do elevado índice de criminalidade, e ,também, de consumo de álcool. Não obstante, as autoridades permitem que as partidas sejam realizadas em horários tardios, por exigências

das grades de anunciantes das TVs, o que contribui para ampliar o espaço de tempo em que grandes massas ficam nos bares consumindo álcool e, com isto, favorecendo a situações de violência, de criminalidade, voltando muito tarde para casa, o que acarreta um rendimento baixo no trabalho no dia seguinte.

Estes horários, com a alta exposição do público a publicidades requintadas que estimulam o consumo de álcool, conforma um quadro muito negativo para a saúde e para a segurança públicas. Assim, o tema deveria ser tratado: como um problema de segurança e de saúde públicas. Tudo porque não se permite o questionamento da grade de programação das TVs, da milionária arrecadação publicitária, a despeito de todos os malefícios causados ao conjunto da sociedade.

Considerações Finais: Auto-regulamentação e hipocrisia

A manutenção destes horários pelas empresas de TV, mesmo com os comprovados prejuízos ao público, revela a hipocrisia daqueles segmentos sociais que reivindicam a auto-regulamentação com um critério superior e usado desmedidamente contra os que defendem a necessidade de uma regulamentação baseada em critérios sociais,

Os empresários que controlam as empresas de televisão têm nas mãos a possibilidade de alterar os horários, a grade de exibição de programas, de forma a favorecer o acesso de uma audiência bem maior aos programas de qualidade cultural e informativa comprovadamente mais elevada. Apesar disso, preferem e priorizam a receita publicitária à possibilidade de oferecer à população um tipo de programação mais elevada, com capacidade de pagar a dívida informativo-cultural acumulada contra um povo que tem um sistema educacional sofrível, bibliotecas indigentes e mal equipadas, taxas de leitura raquíticas, pouquíssimo acesso a cinema de boa qualidade, e, ainda por cima, para completar este circuito anti-cultura, sem uma opção televisiva de qualidade elevada.

Fica claro que os defensores da auto-regulamentação, os empresários da comunicação, não revelam muito empenho e interesse em organizar uma oferta de programação de boa qualidade, ao alcance de suas mãos, muito embora estejam tremendamente empenhados em evitar qualquer forma de regulamentação da comunicação sob critérios democráticos e sociais que atendam os requisitos de uma comunicação civilizatória, humanista, educativa contidos na Constituição, ainda a espera legislação regulamentadora